

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
PROJETO DOM HELDER CAMARA - PDHC/FIDA

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE
UNIDADE DEMONSTRATIVA



Recife, Julho de 2004

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
1) Objetivos da Unidade Demonstrativa.....	4
2) Elementos conceituais e metodológicos.....	4
3) A operacionalização de Unidades Demonstrativas.....	5
4) Critérios de elegibilidade de Projetos de Unidades Demonstrativas.....	5
5) Tramitação de projetos de U.D.	6
7.) Roteiro de elaboração de projeto de Unidade Demonstrativa.....	10
8.) ANEXOS.....	11
ANEXO 1- ROTEIRO COMENTADO PARA A ELABORAÇÃO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA - U. D.	12
ANEXO 2- FORMULARIOS DE CONTROLE FINANCEIRO.....	16

APRESENTAÇÃO

A atuação do PDHC junto a comunidades de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária é orientada para a adoção de metodologias que favoreçam o aprendizado gradativo e a troca de saberes entre técnicos/as e agricultores/as, numa construção participativa de conhecimentos. Assim, os processos de aprendizado viabilizam a reflexão a partir de uma vivência prática das famílias, no seu cotidiano, com propostas que levam a uma melhoria da qualidade de vida de forma cidadã e sustentável.

Essa metodologia participativa vem sendo bastante exercitada através de Unidades Demonstrativas. Nesse sentido, resolvemos sistematizar a experiência em curso com a implementação de Unidades Demonstrativas e socializá-la na forma do presente manual. Com isso, esperamos disponibilizar para as nossas parceiras um instrumento que contribua efetivamente para reforçar a orientação metodológica do trabalho de assessoria técnica junto às famílias envolvidas com o PDHC.

Espedito Rufino
Diretor do PDHC

1) Objetivos da Unidade Demonstrativa

A Unidade Demonstrativa, no âmbito do PDHC, tem dois objetivos complementares entre si. Primeiro, a UD serve como um instrumento metodológico do trabalho da assessoria técnica visando uma ação mais eficaz de mobilização de conhecimentos, especialmente no que concerne à troca de saberes entre assessor(a) técnico(a) e agricultores(as) e entre estes últimos. Segundo, a UD objetiva propiciar à comunidade meios para a experimentação e aprendizado de propostas técnicas e/ou organizativas promissoras para a solução de problemas e/ou para o melhor aproveitamento de potencialidades.

2) Elementos conceituais e metodológicos

Como a UD prioriza o caráter educativo ao econômico, a escala da experiência deve ser apenas suficiente para os(as) agricultores(as) familiares se apropriarem dos conhecimentos pertinentes a prática produtiva e/ou organizativa. Na Unidade Demonstrativa, as experiências produtivas devem constituir módulos replicáveis cujo tamanho possa ser multiplicado, caso a caso, para a posterior constituição de áreas produtivas com o objetivo de gerar ocupação produtiva, renda e segurança hídrica e alimentar.

Portanto, deve-se estimular fortemente a vinculação da instalação de Unidades Demonstrativas com experiências de pesquisa participativa.

A experimentação em pequena escala previne o risco que os(as) agricultores(as) familiares correm de fracassos econômicos de grandes proporções. Estes, normalmente, são gerados pela aplicação inadequada da tecnologia (ou pela inaplicabilidade da mesma), bem como, pela imaturidade da organização social e administrativa para a gestão. Usando a experimentação em pequena escala, o(a) agricultor(a) pode aplicar a tecnologia de diversas formas ou aplicar diversas metodologias de forma simultânea, comparando os resultados.

As Unidades Demonstrativas devem ser constituídas por grupos de experimentação coletiva, nos quais vários agricultores(as) testam a prática agrícola simultaneamente, respaldando a posterior aplicação desta para toda a comunidade. Uma vez que a nova prática agrícola já tenha sido apropriada pelos(as) agricultores(as) familiares, esta pode ser multiplicada através de projetos de investimento via FISP, PRONAF e de outros recursos disponíveis e compatíveis com a tecnologia em questão.

Embora o fomento à multiplicação de experiências bem-sucedidas aplicadas e desenvolvidas nas Unidades Demonstrativas seja apreciável, o seu efeito multiplicador não está necessariamente vinculado a disponibilização de novos investimentos externos. Os recursos para o investimento podem, por exemplo, ser ampliados pela formação de fundos rotativos.

A implantação de Unidades Demonstrativas com experimentação participativa leva os agricultores(as) não apenas ao uso e desenvolvimento de práticas diferenciadas, mas também, ao aprendizado de que é possível solucionar seus próprios problemas. Isto se dá porque neste tipo de experiência o(a) agricultor(a) também aprende a trabalhar de forma organizada e solidária, desenvolvendo competências que vão além das questões das técnicas produtivas.

3) A operacionalização de Unidades Demonstrativas

Nos planejamentos das comunidades e assentamentos normalmente aparece várias demandas e atividades relacionadas à implantação de Unidades Demonstrativas. No entanto, o detalhamento das UDs não deve ser foco de discussões em virtude da limitação de tempo do processo de planejamento.

Na elaboração dos planos operacionais das parceiras para a execução dos diversos planejamentos de ação dos assentamentos e comunidades, recomenda-se que não se detalhe as UDs. O que deve ser informado é apenas como vai se dar o processo de elaboração participativa da proposta de Unidade Demonstrativa. Essa medida contribuirá para que uma proposta de UD (ou arranjos de integração de UDs, quando há complementaridade entre elas num mesmo assentamento) seja fruto de uma elaboração participativa com os/as agricultores (as) interessados/as.

Dessa forma, quando a elaboração dos projetos de Unidades Demonstrativas estiverem prontos e aprovados pela assembléia da associação, estes serão financiados pelo PDHC através de contratos diretos com a associação do assentamento/comunidade.

4) Critérios de elegibilidade de Projetos de Unidades Demonstrativas

Cada entidade associativa de um assentamento ou comunidade, ao longo do tempo, só poderá implantar até no máximo cinco Unidades Demonstrativas com apoio financeiro do PDHC.

Cada sócio da entidade associativa, ao longo do tempo, só poderá se envolver em até no máximo duas Unidades Demonstrativas implantadas com apoio financeiro do PDHC.

Os projetos de Unidades Demonstrativas devem ser obrigatoriamente grupais, com enfoque demonstrativo, e realização permanente de pesquisa participativa.

O teto de um Projeto de Unidade Demonstrativa é de R\$ 3.000,00 (três mil Reais). No entanto, projetos de Unidades Demonstrativas que ultrapassem o teto só serão aprovados mediante comprovação da impossibilidade de atendimento deste valor, bem como, da relevância do tema em questão. Essa verificação será conduzida através

de uma avaliação feita pelo Programa de Desenvolvimento Produtivo e Comercialização (PDPC) do PDHC.

A contrapartida deve ser de no mínimo 05% (cinco por cento) do montante de recursos financiados pelo PDHC para a Unidade Demonstrativa.

Projetos de recuperação de unidades demonstrativas antigas podem ser apresentados. Entretanto, passarão por uma avaliação criteriosa do PDPC com os beneficiários sobre as causas do insucesso, medidas de superação dos problemas e sobre a sustentabilidade da prática.

Documentação necessária:

- CNPJ da Associação (Pode ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br);
- C.N.D e C.R.F da Associação (Pode ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br);
- Lista dos Beneficiados com o CPF;
- Cópia da Ata de Eleição da Associação;
- Cópia da Ata da Assembléia Geral para aprovação do Projeto Fisp;
- Cópia do Estatuto da Associação;
- Cópia do Certificado de Registro da Associação

5) Tramitação de projetos de U.D.

A tramitação completa de Projetos UD's da elaboração a prestação de contas deve seguir as seguintes etapas:

Etapa 1: A PED e a Associação discutem e priorizam em assembléia os projetos a serem apresentados. A PED elabora o projeto UD junto à Associação, reúne a documentação necessária e apresenta a ULS.

Etapa 2: A ULS avalia, faz uma pré-análise do projeto e encaminha para o Programa de Desenvolvimento Produtivo e Comercialização (PDPC).

Etapa 3: O PDPC avalia e dá o parecer.

Etapa 4: O Diretor PDHC avalia o Projeto e o parecer, podendo:

4.1 Solicitar a contratação do Projeto e encaminhar para o PDPC;

4.2 Solicitar revisão do parecer e encaminhar o projeto para o PDPC, retomando a tramitação na *Etapa 3*.

Etapa 5: O PDPC comunica a ULS a aprovação do projeto e prazos para conclusão da tramitação, bem como, requisita a abertura de conta corrente específica. A ULS deve repassar a informação para a PED e para a Associação proponente. Em seguida, o PDPC encaminha Extrato do Projeto, Parecer Técnico e documentação para o Setor Jurídico.

Etapa 6: O Setor Jurídico elabora o contrato e o envia para o PDPC

Etapa 7: O PDPC encaminha o contrato para o Diretor do PDHC.

7.1 O PDPC pode solicitar revisão do contrato junto ao Setor Jurídico.

Etapa 8: O Diretor do PDHC assina ou solicita as alterações no contrato que achar pertinentes. Em caso de alterações no contrato, a tramitação é retomada na *Etapa 6*.

Etapa 9: O PDPC encaminha a PED e Associação o contrato para recolher assinaturas.

Etapa 10: A PED e Associação devolvem o contrato assinado para o PDPC.

Etapa 11: O PDPC encaminha contrato para o Setor Financeiro para a liberação de Recursos.

Etapa 12. O Setor financeiro do Projeto Dom Helder Camara libera os recursos em de forma parcelada ou em parcelas única, conforme especificado em contrato.

Etapa 13. A PED assessora a implantação do Projeto junto à Associação.

Etapa 14. A PED emite um relatório de conclusão do projeto que deve ser assinado pelo Supervisor local e pelo presidente da Associação beneficiada. O relatório e a prestação de contas deve ser encaminhado a ULS.

Etapa 15. A ULS após receber o relatório de conclusão pode:

15.1 Solicitar modificações do relatório à PED.

15.2 Encaminha o relatório ao Setor Financeiro.

6) Elaboração dos relatórios narrativo e financeiro da Unidade Demonstrativa

Os relatórios narrativo e financeiro parciais da U.D deverão ser realizados a cada 6 meses, contando-se a partir da data de liberação da primeira parcela do contrato com o PDHC. O relatório final (narrativo e financeiro) deve ser apresentado ao PDHC até 30 dias após o prazo de encerramento do contrato.

O relatório narrativo deve ser fruto da percepção e opinião majoritária das famílias envolvidas no projeto. Portanto, deve ser elaborado com as famílias e não por elas. Nesse sentido, os técnicos das PEDs atuarão como facilitadores e sistematizadores do processo de elaboração. A idéia é que a elaboração do relatório seja, sobretudo, um momento de aprendizado do grupo diretamente envolvido com o projeto de U.D, e quando possível da própria comunidade como um todo.

Este aprendizado se dá na medida em que o grupo relembra e registra as atividades realizadas e tenta fazer um "retrato" físico e funcional da U.D no momento da elaboração do relatório. Ainda avalia a participação das famílias na gestão e reflete sobre os impactos proporcionados na vida dos participantes do grupo que está conduzindo a U.D., avalia os resultados na tentativa de se obter conclusões e questões a serem aprofundadas na experimentação. Avalia ainda o efeito demonstrativo da U.D no nível interno da comunidade e do território. Nos relatórios de andamento, deve-se identificar as principais dificuldades e medidas de superação.

A elaboração coletiva do relatório pode ser realizada através de oficinas ou de reuniões com os integrantes do grupo. A sistematização do relatório, realizada pelos técnicos da parceria, ou por uma comissão formada pelos técnicos da parceria e membros do grupo, deve ser posteriormente socializada com o grupo e/ou comunidade, de forma a proporcionar um momento mais amplo de aprendizado e avaliação do projeto.

O relatório financeiro deve ser encarado também como um momento de aprendizado e acontecer de forma simultânea e integrada ao processo descrito para o relatório narrativo. Pode ser trabalhado por uma comissão de responsáveis diretos pelas finanças do projeto e depois socializado e debatido com todo o grupo/comunidade.

O roteiro do relatório narrativo da Unidade Demonstrativa deve seguir a estrutura abaixo:

- 1) Dados de identificação do projeto (Nº de identificação do projeto, território, município, nome da Comunidade/assentamento e da associação, Nº famílias envolvidas diretamente, período do contrato, valor financiado pelo PDHC, contrapartida, cofinanciamento, organização de assessoria técnica, período do relatório).
- 2) Atividades desenvolvidas no período (lista das principais atividades nos campos técnico, organizativo e de capacitação);
- 3) Descrição física da proposta (como se encontra área nos seus aspectos ambientais e produtivo);
- 4) Impactos (há alguma influência positiva na vida das pessoas - auto-estima, renda, alimentação, água, etc? mudança positiva de comportamento? há benefícios ambientais?);
- 5) Efeito demonstrativo da proposta (quantas famílias e pessoas visitaram a área ? Quantas demonstram interesse (dentro e fora da comunidade)? quantas pretendem adotar a proposta? Por que? E de que forma?);
- 6) Principais dificuldades e medidas de superação;
- 7) Participação das mulheres e jovens (em que medida o projeto fortalece a autonomia das mulheres e jovens dentro da comunidade?)
- 8) Registro Fotográfico.

O roteiro do relatório financeiro da Unidade Demonstrativa deve seguir a estrutura abaixo (as planilhas estão em anexo):

- 1) Dados de identificação do projeto (Nº de identificação do projeto, território, município, nome da Comunidade/assentamento e da associação, Nº famílias envolvidas diretamente, período do contrato, valor financiado pelo PDHC, contrapartida, cofinanciamento, organização de assessoria técnica, período do relatório).
- 2) Planilha de caixa contendo Valores das entradas e saídas, Data da operação, descrição da operação com nº do cheque e nº da nota fiscal.
- 3) Planilha de conciliação bancária contendo nº da conta, período, números dos cheques emitidos, depósitos, e saldo real.
- 4) Planilha de posição financeira (balancete) contendo, nome da entidade, período, saldo anterior, transferências recebidas, valor acumulado e composição (saldo da conciliação bancária, valor transferido para caixa

pequena, eventuais adiantamentos, despesas efetuadas e pedidos de realimentação de conta cujas transferências não tenham sido efetuadas pela UGP).

7.) Roteiro de elaboração de projeto de Unidade Demonstrativa

Para atender os objetivos e requisitos de implantação de uma U.D. no âmbito do PDHC, recomenda-se que seja seguido o roteiro do anexo 1.

8.) ANEXOS

ANEXO 1- ROTEIRO COMENTADO PARA A ELABORAÇÃO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA - U. D.

Itens do projeto da U.D	Conteúdo do item	Breve exemplo
1) Breve descrição do contexto em que está inserida a proposta	<p>Área total, Nº de famílias, estruturação geral do assentamento; Organização social; Caracterização geral da ocupação produtiva / sistema de produção; Caminho percorrido até a proposição da U. D. e em que medida ela se relaciona com o sistema produtivo e a organização social do assentamento ou comunidade.</p>	<p>Ramada da Quixabeira é um assentamento de 720 ha, formado por 12 famílias que até recentemente mantinham uma forma totalmente coletiva de trabalho, distribuição da renda e ocupação produtiva da terra. Nesse contexto, tinha-se, a grosso modo, uma divisão da área em duas grandes parcela coletivas de produção: as áreas de caatinga e pasto de buffel para a criação de ruminantes e as áreas de roçado.</p> <p>Essa organização coletiva entrou em crise e hoje o assentamento está dividido em lotes de 30ha para cada família. Nesses lotes cada família é livre para decidir sobre o que fazer na sua terra. Ou seja, cada família trabalha em suas parcelas individuais botando roçado, plantando pasto e criando animais.</p> <p>No entanto, a reflexão sobre o sistema de produção desse assentamento, realizada desde o início de 2002 com a assessoria da Diaconia e PDHC, por um lado, permitiu ao grupo chegar a uma razoável percepção da insustentabilidade do mesmo. Por outro lado, facilitou um contato com alternativas a esse sistema, as quais estão sendo desenvolvidas em várias partes do semi-árido, criando-se assim um ambiente favorável no grupo para um processo de experimentação de novas idéias, na perspectiva de buscar mudanças mais profundas da realidade em que se encontram. Nesse sentido, as famílias resolveram investir mais na criação de ovinos, em detrimento de caprinos, e reservar áreas coletivas estratégicas para a criação de ovinos, as quais são : a) uma área de 12ha que servirá como maternidade para matrizes ovinas prenhes e com crias novas; b) uma outra área coletiva será a recria que receberá o rebanho em crescimento para abate; c) as áreas em redor dos dois açudes também é coletiva e a água é de propriedade de todas as famílias do assentamento.</p> <p>Como encaminhamento na busca de uma alternativa para a melhoria da alimentação do rebanho ovino e que ao mesmo tempo não significasse a continuidade do desmatamento da caatinga, as famílias de Ramada decidiram realizar uma experimentação sobre manejo de caatinga numa área de 12 ha, a qual está planejada também para servir como a maternidade.</p>
2) O problema ou oportunidade que justifica a proposta	<p>Explicação (e descrição) do problema ou da potencialidade que se pretende enfrentar à luz da compreensão das famílias envolvidas e da organização parceira.</p>	<p>Em Ramada da Quixabeira ainda predomina uma caatinga arbórea/arbustiva na maior parte do assentamento. Numa rápida caminhada pela caatinga logo se percebe muitas espécies florestais difíceis de serem encontradas hoje em dia em tal concentração, como: ameixa, mulungú, feijão-brabo, angico, mororó, jurema-preta, pereiro, umbuzeiro, quebra-faca, juazeiro, umburana de cheiro, aroeira, baraúna, alecrim, entre outras. No entanto, o uso produtivo dessa área de caatinga se caracteriza pela gradativa substituição da vegetação nativa por pasto cultivado de capim buffel e roçado. Na realidade de Ramada, e, provavelmente, na maioria dos assentamentos no semi-árido brasileiro, a “broca nova” não é simplesmente o início de um novo roçado. Além disso, representa uma fonte de renda imediata através do carvão. O desmatamento e a produção de carvão são, portanto, resultados de uma combinação de fatores, onde se destacam: um sistema de roçado frágil diante da irregularidade das chuvas, o empobrecimento dos solos nas áreas de plantio, o mal aproveitamento do potencial da caatinga para a alimentação dos rebanhos e a necessidade de renda imediata para a compra de alimentos.</p>

3) Objetivo	<p>Descrição clara do objetivo, focalizando dois aspectos: o aprendizado que se pretende alcançar com a U.D. e as contribuições que a experimentação pode gerar para mudanças junto ao assentamento/comunidade onde ela se desenvolve e no território onde a mesma se localiza.</p>	<p>Desenvolver um conhecimento local sobre a utilização produtiva da caatinga que sirva como alternativa aos desmatamentos para a produção de carvão e plantio de capim buffel e que signifique uma melhoria da alimentação do rebanho ovino;</p> <p>Implantar uma área demonstrativa de manejo da caatinga que sirva de referencial de uso sustentável da caatinga para as famílias dos assentamentos e comunidades de agricultura familiar do sertão do Pajeú-PE.</p>
4) Marco zero da proposta (Descrição física da área <u>antes da intervenção</u> e/ou do nível de compreensão do grupo sobre o tema e a rentabilidade da atividade).	<p>Caracterização da área nos seus aspectos ambiental e produtivo, fazendo-se um retrato da mesma antes da intervenção. Faz-se uma espécie de marco zero da área e do grupo/comunidade, de modo que se possa monitorar a sua evolução e verificar as mudanças a partir da comparação entre o “retrato” antes e depois da experimentação.</p>	<p>A área de 12 ha possui uma vegetação de porte arbóreo-arbustivo com presença de plantas que são excelentes forrageiras. A planta arbustiva dominante é a caatinga-branca (quebra-faca), a qual é uma excelente forrageira para caprinos. Segundo informações dos agricultores durante a estação das chuvas surgem diversas espécies herbáceas (leguminosas e gramíneas) excelentes forrageiras para o pastejo. Noutras áreas de caatinga do assentamento há uma gradativa substituição por áreas de roçado e capim buffel.</p> <p>Do pessoal de Ramada apenas o jovem agricultor Cícero tem um entendimento mais consistente sobre as técnicas de manejo e as vantagens do seu uso. O restante do grupo está sensibilizado para experimentar a proposta na área coletiva, mas ainda se sentem inseguros para adotar nas parcelas familiares.</p> <p>As áreas de caatinga do assentamento estão sendo gradativamente substituídas por áreas de roçado e capim buffel.</p>
5) Descrição do funcionamento da proposta técnica	<p>Descrição da <u>intervenção técnica</u>. A proposta técnica deve ser detalhada nos seus aspectos físicos e de manejo/operação. (é basicamente desse item que se forma o orçamento)</p>	<p>A área possui 12 ha de caatinga com porte arbóreo-arbustivo e manejada com as seguintes características:</p> <p>a) rebaixamento da vegetação lenhosa palatável;</p> <p>c) rebaixamento a 1,2 m das plantas de marmeleiro com a intenção de diminuir a quantidade de plantas dessa espécie;</p> <p>d) as plantas lenhosas serão rebaixadas em faixas. Serão rebaixadas quatro faixas e deixadas outras quatro intactas.</p> <p>A área será usada como maternidade para o rebanho ovino das 12 famílias do assentamento. No entanto, vai se adotar uma taxa de lotação de 2 animais por ha, que poderá ser ajustada para mais ou para menos de acordo com o comportamento da área. A idéia é sempre deixar a presença de restolho cobrindo o solo. Para isso, na metade do período de queda das folhas das plantas lenhosas os animais serão retirados da área.</p> <p>A área já possui três lances de cerca, necessitando apenas da confecção de um lance de 500 m de cerca de arame farpado(9 fios).</p>
6) Processo de Gestão	<p>Número de famílias que irão participar do experimento;</p> <p>Descrição de como as famílias estão organizadas para operacionalizar a U.D, inclusive a relação do grupo de pesquisa com a associação /comunidade.</p> <p>Entre outros aspectos, é preciso explicar a divisão de tarefas e responsabilidades, acordos internos quanto ao local de implantação da U.D e investimentos adicionais necessários à implantação e manutenção da U.D.</p> <p>Quais os critérios de socialização dos benefícios gerados pela U.D., bem como, critérios para participação ou exclusão do grupo.</p>	<p>Todas as famílias de Ramada irão participar do experimento, o qual se caracteriza como uma ação coletiva das famílias e da associação, sendo inclusive realizado na área coletiva do assentamento. Entretanto, quem responde mais diretamente pelo processo de coordenação do grupo, experimentação e apresentação para os visitantes é um jovem agricultor (Cícero Roberto) que está habilitado a difundir a proposta de manejo de caatinga para fins pastoris.</p> <p>Todas as famílias de Ramada terão direito a colocar os seus ovinos na área de manejo, que será também a área coletiva para a maternidade dos ovinos. A implantação e manutenção da área serão feitas em forma de mutirão.</p>

<p>7) Metodologia de implantação, acompanhamento, experimentação e demonstração</p>	<p>Descrição dos passos necessários para a implantação; Descrição do processo de acompanhamento técnico (o que e quando será acompanhado); O desenho do experimento (métodos de observação, coleta e análise de dados e avaliação participativa dos resultados); Mecanismos pensado para o envolvimento da própria comunidade e demonstração da experiência para outras comunidades.</p>	<p>A implantação da área será realizada durante um curso prático no qual participarão todas as famílias de Ramada e agricultores de outros 3 assentamentos (Capim, Boqueirão e Queimada Nova) do território do Pajeú.</p> <p>O trabalho de manejo será efetivado em dois dias e encarado como o trabalho de uma broca onde não se coloca fogo e onde não se derrubam todas as árvores e arbustos. A idéia é de aprender fazendo. O grupo será dividido em duas turmas de trabalho e estas serão acompanhadas por três técnicos da Diaconia. Esse acompanhamento será de extrema importância para orientar o trabalho dos agricultores, por ser uma atividade “nova” na região. O objetivo é que um grupo seja treinado para prosseguir com o trabalho de manejo até complementar o manejo em toda a área de maternidade. Esse grupo também estará apto a ensinar as técnicas de manejo da vegetação em seus assentamentos.</p> <p>O acompanhamento e monitoramento do experimento serão realizados de forma que seja possível acompanhar a evolução da pastagem nativa, a evolução do aprendizado das famílias, relacionando estes fatores com a conservação de espécies vegetais nativas. O acompanhamento e monitoramento do experimento serão feitos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta de fitomassa lenhosa e herbácea (Kg MS/ha) em dois períodos do ano, antes da entrada e após a saída dos animais. • Coleta de fitomassa dentro das faixas e fora delas para efeito de comparação da quantidade (Kg MS/ha) e da composição e cobertura do solo pelo estrato herbáceo. • A avaliação dos animais em pastejo será feita junto com as famílias e segundo critérios estabelecidos por elas. • Para auxiliar essa análise será feita a avaliação da condição corporal (body condition scoring) dos animais (ovinos) uma técnica que dispensa a pesagem. • A cada ano será feito um levantamento florístico (lenhosas e herbáceas) na metade da estação chuvosa. <p>Esses procedimentos de avaliação do experimento serão discutidos e acordados com as famílias envolvidas. Cada um desses procedimentos é feito com a participação efetiva das famílias envolvidas sendo que estas são estimuladas a refletir sobre a prática de manejo de caatinga em comparação com outras técnicas de produção de pastagem convencional.</p> <p>A área de manejo de pastagem nativa servirá como referência para a própria comunidade e para assentamentos e comunidades vizinhas e de outras regiões do semi-árido, como alternativa de proposta de convivência que contribui para a conservação da biodiversidade (fauna e flora), do solo e da água. Para isso, o grupo de Ramada e a Diaconia organizarão, pelo menos, 2 “dias de convivência” por ano, nos quais serão convidados outras comunidades/assentamentos atendidos pelo PDHC para conhecer a experiência e avaliar os seus resultados.</p>
---	---	--

8) Orçamento	<p>O orçamento geral (tabela 01) exibe os itens gerais do projeto, que podem ou não ser discriminados. O orçamento geral deve conter o valor financiado, a contrapartida e o cofinanciamento, se houver.</p>	<p>Tab 1. Orçamento geral da UD de manejo de caatinga 01 ha</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>V. Unitário</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rebaixamento e raleamento da vegetação 12 ha</td> <td>h/d</td> <td>72</td> <td>R\$ 10,00</td> <td>R\$ 720,00</td> </tr> <tr> <td>Cerca (Tab 2)</td> <td>m</td> <td>500</td> <td>-</td> <td>R\$ 2.121,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right;">VALOR FINANCIADO</td> <td>R\$ 2.841,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right;">Contrapartida - (Tab 3)</td> <td>R\$ 200,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right;">VALOR TOTAL</td> <td>R\$ 3.041,00</td> </tr> </tbody> </table>	Item	Unidade	Quantidade	V. Unitário	Total	Rebaixamento e raleamento da vegetação 12 ha	h/d	72	R\$ 10,00	R\$ 720,00	Cerca (Tab 2)	m	500	-	R\$ 2.121,00	VALOR FINANCIADO				R\$ 2.841,00	Contrapartida - (Tab 3)				R\$ 200,00	VALOR TOTAL				R\$ 3.041,00																									
Item	Unidade	Quantidade	V. Unitário	Total																																																					
Rebaixamento e raleamento da vegetação 12 ha	h/d	72	R\$ 10,00	R\$ 720,00																																																					
Cerca (Tab 2)	m	500	-	R\$ 2.121,00																																																					
VALOR FINANCIADO				R\$ 2.841,00																																																					
Contrapartida - (Tab 3)				R\$ 200,00																																																					
VALOR TOTAL				R\$ 3.041,00																																																					
9) Memória de cálculo	<p>Na memória de cálculo está mo detalhamento dos itens do orçamento geral. O detalhamento deve ser feito com unidade, quantidade, valor unitário e orçamento geral. A memória de cálculo deve estar coerente com o texto do projeto.</p>	<p>Tab 2. Memória de cálculo da cerca 500 m</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITENS</th> <th>UNIDADE</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>VALOR UNIT.</th> <th>VALOR TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estacas</td> <td>Und.</td> <td>500</td> <td>R\$ 2,00</td> <td>R\$ 1.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rolos de arame farpado</td> <td>Und.</td> <td>8</td> <td>R\$ 110,00</td> <td>R\$ 880,00</td> </tr> <tr> <td>Grampos</td> <td>kg</td> <td>24</td> <td>R\$ 5,00</td> <td>R\$ 120,00</td> </tr> <tr> <td>Arame liso</td> <td>kg</td> <td>4</td> <td>R\$ 4,00</td> <td>R\$ 16,00</td> </tr> <tr> <td>Repuxos</td> <td>Und.</td> <td>35</td> <td>R\$ 3,00</td> <td>R\$ 105,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right;">VALOR TOTAL</td> <td>R\$ 2.121,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Tab 3. Memória de cálculo da contrapartida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITENS</th> <th>UNIDADE</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>VALOR UNIT.</th> <th>VALOR TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Abertura de epicadas</td> <td>h/d</td> <td>10</td> <td>R\$ 10,00</td> <td>R\$ 100,00</td> </tr> <tr> <td>Instalação da cerca</td> <td>h/d</td> <td>10</td> <td>R\$ 10,00</td> <td>R\$ 100,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right;">VALOR TOTAL</td> <td>R\$ 200,00</td> </tr> </tbody> </table>	ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	Estacas	Und.	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00	Rolos de arame farpado	Und.	8	R\$ 110,00	R\$ 880,00	Grampos	kg	24	R\$ 5,00	R\$ 120,00	Arame liso	kg	4	R\$ 4,00	R\$ 16,00	Repuxos	Und.	35	R\$ 3,00	R\$ 105,00	VALOR TOTAL				R\$ 2.121,00	ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	Abertura de epicadas	h/d	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00	Instalação da cerca	h/d	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00	VALOR TOTAL				R\$ 200,00
ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL																																																					
Estacas	Und.	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00																																																					
Rolos de arame farpado	Und.	8	R\$ 110,00	R\$ 880,00																																																					
Grampos	kg	24	R\$ 5,00	R\$ 120,00																																																					
Arame liso	kg	4	R\$ 4,00	R\$ 16,00																																																					
Repuxos	Und.	35	R\$ 3,00	R\$ 105,00																																																					
VALOR TOTAL				R\$ 2.121,00																																																					
ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL																																																					
Abertura de epicadas	h/d	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00																																																					
Instalação da cerca	h/d	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00																																																					
VALOR TOTAL				R\$ 200,00																																																					

ANEXO 2- FORMULÁRIOS DE CONTROLE FINANCEIRO

1. Posição Financeira

É uma espécie de balancete que permite a composição dos valores transferidos pela UGP (PDHC), que estão sob a guarda da Entidade Contratada;

2. Conciliação Bancária

Destinada a conciliar o saldo da conta bancária da Entidade Contratada;

3. Caixa

Destinado ao controle diário da movimentação da conta da Entidade Contratada;

4. Conta Corrente 1

Destinado ao controle, pela Entidade Contratada, dos eventuais adiantamentos concedidos pela mesma;

5. Conta Corrente 2

Destinado ao controle, pela Entidade Contratada, dos valores relativos a Caixa Pequena.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

A) Posição Financeira

- **Unidade:** Preencher com o nome da Entidade Contratada
- **Período:** Citar o período a que se refere o fechamento
- **1.1 – Saldo anterior:** Preencher com o saldo do período anterior
- **2 – Transferências recebidas:** Citar cada valor transferido pela UGP (PDHC) durante o período
- **2.5 – Acumulado:** Refere-se ao acumulado (saldo anterior + as transferências efetuadas pela UGP - PDHC).
- **3. Composição:** **3.1** - É o saldo bancário constante da conciliação bancária; **3.2** – É o valor transferido para a Caixa Pequena; **3.3** - Citar os adiantamentos eventuais concedidos, pessoa por pessoa; **3.4** – Relacionar as despesas efetuadas, cujos comprovantes ainda estejam em poder da Entidade Contratada; **3.5** – Citar a soma dos valores relativos aos **Pedidos de Realimentação da Conta**, cuja transferência ainda não tenha sido efetuada pela UGP (PDHC)
- **4 – Acumulado:** É o somatório de todos os valores, a partir do item 3 (composição). Este acumulado deverá ser sempre igual ao acumulado do subitem 2.5.

OBSERVAÇÕES:

1. Os valores deverão ser colocados apenas na coluna parcial. Os valores da coluna total serão colocados automaticamente pela fórmula existente na tabela;

2. O representante legal da Entidade Contratada assinará no quadro **ELABORADO POR** e o representante da Entidade Solidária assinará no quadro **VISTO**. Após o carimbo de identificação abaixo das assinaturas.

B) Conciliação Bancária

- **Conta:** Citar o número da conta bancária da Entidade Contratada;
- **Mês:** Citar o período a que se refere a conciliação
- **1. Saldo conforme extrato:** Citar o valor do saldo constante do extrato no último dia do período
- **2.** Citar os números dos cheques emitidos durante o período e que ainda não constem do extrato
- **3.** Citar os depósitos efetuados pela Entidade Contratada durante o período, e outros valores que ainda não constem do extrato
- **4. Saldo Financeiro:** É o saldo real da conta no final do período.

C) Caixa

- **Unidade:** Preencher com o nome da Entidade Contratada
- **Data:** Colocar a data da emissão de cada cheque ou de confirmação das receitas
- **Histórico:** Descrever a destinação e o número de cada cheque
- **Receitas:** Citar os valores das transferências efetuadas pela UGP (PDHC) ou dos depósitos eventuais efetuados pela Entidade Contratada
- **Despesas:** Citar os valores relativos aos cheques emitidos
- **Saldo:** É o saldo atualizado após a emissão de cada cheque. **Não há necessidade de preocupação com os valores do saldo, pois eles serão colocados automaticamente pela fórmula existente na tabela.**

D) Conta Corrente

Seguir a mesma orientação do item anterior (Caixa)

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DA
REFORMA AGRARIA NO SEMI-ARDIDO DO NORDESTE
(PROJETO DOM HELDER CAMARA)

CONCILIAÇÃO BANCARIA	CONTA Nº 11.540-1	PERIODO: 19.09 a 23.09.2003
-----------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

1. Saldo conforme extrato bancário		R\$ 1.880,00
2. (-) Autorizações de Pagamento/Cheque não acatados pelo	Valor	
	Parcial	Total
2.1. Cheque nº 000002	R\$ 380,00	
2.2.		
2.3.		
2.4.		
2.5.		
2.6.		
2.7.		
2.8.		
2.9.		
2.10.		R\$ 380,00
3 (+) Depósitos/Outros créditos não correspondidos pelo banco:		
3.1.		
3.2.		
3.3.		
3.4.		
3.5.		
3.6.		
3.7.		
3.8.		
3.9.		
3.10.		R\$ -
4 (=) Saldo financeiro		R\$ 1.500,00

ELABORADO POR:	VISTO:
----------------	--------

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DA
REFORMA AGRARIA NO SEMI-ARDIDO DO NORDESTE
(PROJETO DOM HELDER CAMARA)

POSIÇÃO FINANCEIRA	UNIDADE Associação Comunitária do Salobro	PERIODO: 19.09 a 23.09.2003
---------------------------	---	---------------------------------------

1. RECEITAS

1.1. Saldo anterior			
2. (-) Transferências recebidas	Valor		
	Parcial	Total	
2.1. Remessa do PDHC	R\$ 22.000,00		
2.2.			
2.3.			
2.4.		R\$ 22.000,00	
2.5. ACUMULADO		R\$ 22.000,00	
3. COMPOSIÇÃO:			
3.1. Saldo bancário conforme conciliação	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
3.2.			
3.3. Adiantamentos:			
3.3.1			
3.3.2			
3.3.3			
3.3.4		R\$ -	
3.4. Despesas efetuadas:			
3.4.1 Prestação de Contas a encaminhar	R\$ 20.500,00		
3.4.2			
3.4.3			
3.4.4			
3.4.5			
3.4.6			
3.4.7			
3.4.8			
3.5		R\$ 20.500,00	
4. ACULUMADO (=2.5)		R\$ 22.000,00	

ELABORADO POR:	VISTO:
----------------	--------